CLIPPING IMPRESSO 28/01/2021



INDICE

	JORNAL ATOS E FATOS	
	1.1. CEMULHER	- 3
2.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	2.1. CEMULHER	- 6
	2.2. CONVÊNIOS	
	2.3. FALECIMENTO	
	JORNAL O DEBATE	
	3.1. JUIZADOS ESPECIAIS	- 10
	JORNAL O IMPARCIAL	
	4.1. FALECIMENTO	1
5.	JORNAL O PROGRESSO	
	5.1. VARA CRIMINAL	2 - 13
	JORNAL PEQUENO	
	6.1. COMARCAS	4
	6.2. FALECIMENTO	5

POSITIVA - CM.: 120 (30 x 4 col) acões de 2020

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CEMULHER divulga principais ações de 2020

No Maranhão, em 2020, foram contabilizados 60 feminicídios, em comparação aos 48 casos de 2019

O contexto de pandemia enfrentado em 2020 foi um fator de grande impacto no aumento da violência contra a mulher. Segundo dados divulgados no relatório da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justica do Estado do Maranhão (CEMULHER /TJMA), no Maranhão, em 2020, foram contabilizados 60 feminicídios, em comparação aos 48 casos de 2019. O relatório foi apresentado pelo presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, nesta quarta-feira (27).

No Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, houve uma diminuição dos registros de denúncias dos casos de violência doméstica contra a mulher, tendo em vista a dificuldade de acesso aos mecanismos de denúncia e rede de proteção no contexto pandêmico.

O Anuário apontou redução de 9,9% dos registros de agressão e violência sexual - aqueles que dependem da presença da vítima na delegacia para efetuar o boletim de ocorrência e os exames periciais - ao mesmo tempo em que aumentaram em 3,8% as chamadas para o 190 para casos de violência doméstica, nos meses de janeiro a junho de 2020. Os registros de feminicídio aumentaram em 1,9% e o homicídio doloso com vítimas do sexo feminino teve um aumento de 0,8%.

O presidente da CE-MULHER, desembargador Cleones Carvalho Cunha, destaca que a violência contra a mulher se tornou – ainda mais – uma grande preocupação mundial, dado o crescente número de casos, especialmente de feminicídios.

"O ano de 2020, sem dúvidas, foi o ano mais desafiador desde a criação da CEMULHER em 2011, considerando os impactos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus que surpreendeu o mundo e alterou radicalmente a vida de todos e todas, com grande número de mortes, reflexos na saúde, economia, relações sociais e familiares", frisa Cleones Cunha.

Entre outros fatores preponderantes, o relatório indica que o impulsionamento dos casos de violência contra a mulher em 2020 foram decorrentes de uma maior vulnerabilidade a que as mulheres estiveram expostas com o isolamento social, somada à fragilidade econômica das famílias com a perda de emprego e renda, à sobrecarga de trabalho, aumento dos níveis de estresse, e considerando os impactos na vida dos filhos, afastados da escola e. muitas vezes, apartados da convivência social e familiar mais ampla.

ACÕES DO JUDICIÁRIO

O relatório demonstra que o Judiciário brasileiro mobilizou incansáveis esforços para atuar nessa problemática, em prol da segurança e proteção das mulheres, a exemplo das campanhas lançadas, bem como medidas concretas para facilitar o acesso das mulheres aos canais de denúncia e busca de proteção.

No Maranhão, a CEMU-LHER promoveu as campanhas "Sinal Vermelho", "Isolamento Social sem Violência me representa" e "Condomínio Responsável, Mulheres Seguras!", com abrangência em todo o Estado.

Outra ação importante foi a Recomendação-CGJ/ Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (RECOM-CGJ52020) que orientou sobre a prorrogação do prazo de eficácia das medidas protetivas em virtude da disseminação da COVID-19 e sugeriu outras providências, visando garantir a proteção das mulheres, em face do aumento dos casos de violência doméstica e familiar, nesse período de isolamento e distanciamento social.

No mês de julho, o TJMA também instalou e inaugurou o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Infância e Juventude, na Comarca de São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, atendendo a uma grande demanda daquela população.

Dessa forma, o Maranhão agora conta com três
unidades judiciais exclusivas para o processamento
e julgamento em matéria
de violência doméstica e
familiar contra a mulher,
sendo duas na capital (uma
exclusiva para as Medidas
Protetivas de Urgência),
uma na Comarca de Imperatriz e um juizado no Termo
de São José de Ribamar.

1.: 120 (30 x 4 col ações de 2020

> Outros projetos também foram implementados como parte de um Plano de Ação da CEMULHER para o ano de 2020. Destacam-se a 17ª e a 18ª Semana da Justiça pela Paz em Casa e as atividades por meios digitais como lives, webinários, cursos on line para magistrados e servidores, produção e compartilhamento de conteúdos digitais em parceria com outras instituições, campanhas com foco na prevenção à violência contra a mulher divulgadas nas mídias institucionais do TJMA e da Escola Superior da Magistratura Maranhense (ESMAM).

CEMULHER

A CEMULHER é um órgão permanente de assessoria da presidência do TJMA, que visa atender todo o Estado do Maranhão instituída pela Resolução GP-302011, em atendimento aos termos da Resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça – que oferece um conjunto de ferramentas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar em parceria com a Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher.

ações de 2020



O desembargador Cleones Carvalho Cunha destaca que a violência contra a mulher se tornou, ainda mais, uma grande preocupação mundial

Em 2020

Cemulher registra 60 casos de feminicídios no Maranhão

GERAL 9

Cemulher registra 60 casos de feminicídios no Maranhão em 2020

Relatório foi divulgado ontem pelo presidente do órgão, desembargador Cleones Carvalho Cunha

O contexto de pandemia enfrentado em 2020 foi um fator de grande impacto no aumento da violência contra a mulher. Segundo dados divulgados no relatório da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Cemulher /TJMA), no Maranhão, em 2020, foram contabilizados 60 feminicídios, em comparação aos 48 casos de 2019.

O relatório foi apresentado pelo presidente da Cemulher, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, ontem,27.

No Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, houve uma diminuição dos registros de denúncias dos casos de violência doméstica contra a mulher, tendo em vista a dificuldade de acesso aos mecanismos de denúncia e rede de proteção no contexto pandêmico.

Agressão

O Anuário apontou redução de 9,9% dos registros de agressão e violência sexual - aqueles que dependem da presença da vítima na delegacia para efetuar o boletim de ocorrência e os exames periciais - ao mesmo tempo em que aumentaram em 3,8% as chamadas para o 190 para casos de violência doméstica, nos meses de janeiro a junho de 2020. Os registros de feminicídio aumentaram em 1,9% e o homicídio doloso com víti-

mas do sexo feminino teve um aumento de 0,8%.

Preocupação mundial

O desembargador Cleones Carvalho Cunha destaca que a violência contra a mulher se tornou - ainda mais - uma grande preocupação mundial, dado o crescente número de casos, especialmente de feminicídios.

"O ano de 2020, sem dúvidas, foi o ano mais desafiador desde a criação da Cemulher em 2011, considerando os impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus que surpreendeu o mundo e alterou radicalmente a vida de todos e todas, com grande número de mortes, reflexos na saúde, economia, relações sociais e familiares", frisa Cleones Cunha.

Entre outros fatores preponderantes, o relatório indica que o impulsionamento dos casos de violência contra a mulher em 2020 foram decorrentes de uma maior vulnerabilidade a que as mulheres estiveram expostas com o isolamento social, somada à fragilidade econômica das famílias com a perda de emprego e renda, à sobrecarga de trabalho, aumento dos níveis de estresse, e considerando os impactos na vida dos filhos, afastados da escola e, muitas vezes, apartados da convivência social e familiar mais ampla.

Integra em oestadoma.com/496623



Desembargador Cleones Carvalho Cunha divulgou relatório ontem





ONVÊNIOS recém-assinados pela FACAM - Faculdade do Maranhão com o Tribunal de Justiça do Estado, Sindicato das Polícias Federais neste Estado, Sindicato dos Policiais Rodoviários do Maranhão, Polícia Militar do Estado e seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil. contemplam essas instituições com descontos especiais para os 17 Cursos Presenciais do IES, o que comprova a credibilidade na excelência da qualidade do Ensino Superior praticado por esse centro de ensino superior. Convém acrescentar que, de acordo com a política de parceria adotada pelo diretor-geral da FACAM, César Bandeira (foto acima com a esposa Tatiana Bandeira), estão em andamento a efetivação de Convênios com outros órgãos nas diversas esferas



Honras para Cleonic

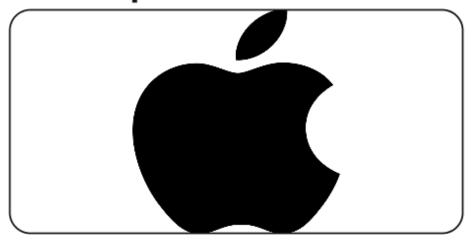
A desembargadora Cleonice Freire, que faleceu no dia 2 de janeiro deste ano, foi homenageada pelo Poder Judiciário do Maranhão na abertura do Ano Judiciário 2021. A sessão solene virtual foi realizada ontem, com a participação de autoridades dos três

Poderes, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e de outros órgãos constituídos. Os trabalhos foram abertos pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival de Jesus Serejo.

Cidade

■ Página. 6

Apple é condenada por venda de produto defeituoso



Em Foco

Apple é condenada por venda de produto defeituoso

Uma empresa fabricante de eletrônicos que vende produto defeituoso ou com vício de fabricação tem obrigação de restituir o consumidor lesado. Este é o entendimento de sentença proferida pelo 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, resultado de ação de reparação por danos morais movida por uma mulher em face da Apple Computer Brasil Ltda. Ao final, a empresa requerida foi condenada, na obrigação de fazer, a providenciar a substituição do produto, qual seja um MacBook Air por outro da mesma espécie ou de qualidade superior, em perfeitas condições de uso, bem como a indenizar o consumidor, a título de dano moral, no valor de um mil e quinhentos reais.

Narra a autora que, em 13 de novembro de 2018, adquiriu um notebook novo da marca Apple, modelo Macbook Air 2017, 128 GB, através do site do Mercado Livre, pelo valor de R\$ 4.579,00. Segue relatando que no dia 1º de maio de 2020 tentou inicializar o notebook, mas ele não ligou mais e parou de funcionar. Alega que tentou solucionar o problema através das formas recomendadas pelo site de suporte da fabricante, não obtendo êxito. Aduz que tentou entrar em contato com a assistência técnica autorizada pela fabricante – a loja Centerfix – logo que ocorreu o problema, entretanto, só conseguiu deixar o aparelho para análise no dia 26 de maio, após inúmeras tentativas. Afirma que foi constatado que o notebook apresentava falha na sua "placa lógica" e foi feito o orçamento para conserto e substituição da placa, no valor de R\$ 2.375,00. Por não saber a causa do problema, decidiu não pagar pelo conserto. Continuando, diz que entrou em contato com a fabricante por telefone e a atendente do suporte técnico informou que ela teria a opção de pagar pelo conserto do produto ou levá-lo para análise em uma das principais lojas da fabricante no Rio de Janeiro ou em São Paulo.



Ano judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizou ontem sessão online para marcar a retomada dos trabalhos de 2021. Os desembargadores prestaram homenagem póstuma à ex-presidente Cleonice Freire, enquanto o preenchimento de três vagas de desembargador ficou para depois.

Atendimento e prazos processuais suspensos durante treinamento de servidores em Imperatriz



O atendimento presencial ao público e os prazos processuais nos dias 26, 27 e 28 de janeiro foram alterados no âmbito da 2ª e da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, pelos juízes titulares dessas unidades jurisdicionais.

Foram suspensas as atividades presenciais e os prazos processuais durante a realização do treinamento dos servidores dessas unidades para a implementação e uso do Módulo Criminal do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), que ocorre nos dias 26, 27 e 28 de janeiro.

Os prazos processuais que se encerrem nesse período serão automaticamente prorrogados para o próximo dia útil seguinte.

Na decisão, foi mantida a prática dos atos urgentes nas duas unidades. Na 3ª Vara Criminal, as partes podem entrar em contato por meio dos telefones: - (99) 3529-2025 (secretaria judicial) e (99)

99111-7032 (gabinete) – whatsapp. Na 2ª Vara Criminal, a atuação processual do juiz ficará limitada aos atos de urgência, devendo ser feito agendamento prévio através do telefone (99) 3529-2020.

As regras do funcionamento dos serviços judiciários naquela unidade foram definidas pelo juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, titular da 3ª Vara Criminal (Portaria-TJ – 216/2021) e Marcos Antonio Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal (Portaria-TJ – 333/2021). (Ascom CGJ)

Acusados do assassinato de mãe e filha em São Luís são submetidos a audiência de instrução

Crime ocorreu no ano passado e teria sido encomendado pelo ex-marido de Graça Maria



Empresário Geraldo Abade é acusado de ser o mandante do crime

Por Gilson Ferreira

Nesta quarta-feira (27), foi realizada a primeira audiência de instrução do processo contra os três acusados das mortes de Graça Maria Pereira de Oliveira e da jovem Talita Frizeiro de Oliveira. Mãe e filha foram brutalmente assassinadas e encontradas por familiares dentro de um carro, na garagem da casa em que moravam, no bairro Quintas do Calhau, em São Luís, ano passado.

Geraldo Abade de Sousa, Maycon Douglas Rodrigues e Jefferson Santos Serpa, conforme a denúncia do Ministério Público, são réus pela prática do duplo homicídio qualificado. Eles estão presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O empresário Geraldo Abade foi preso em

Imperatriz, no dia 20 de junho de 2020, para onde fugiu depois do crime, e como forma de criar um álibi, que não deu certo. Ele era exmarido de Graça e é acusado de ser o mandante do crime. Foram casados por 15 anos, estavam separados a cinco, e travavam na justiça uma disputa pelos bens do casal, desde então, fato que teria motivado as mortes.

A audiência, que iniciou às 9h, foi presidida pelo juiz auxiliar da 4ª Vara do Tribunal do Júri, Francisco Ferreira de Lima. Os três réus e doze testemunhas estiveram presentes. Na ocasião, o promotor de Justiça, Valdenir Cavalcanti Lima, atuou na acusação.

Na porta do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, onde ocorreu a audiência, familiares e amigos das vítimas fizeram uma manifestação, pedindo justiça.

Três suspeitos de integrar facção criminosa são presos em Santa Rita

Nessa quarta-feira (27), três integrantes da facção criminosa Bonde dos 40 foram presos em flagrante, na cidade de Santa Rita. Com eles, foram apreendidas três armas e drogas.

A prisão ocorreu durante uma operação da Polícia Civil para cumprimento de seis mandados de busca e apreensão, por decisão da Vara Única da Comarca de Santa Rita, em desfavor de investigados envolvidos em facções criminosas, tráfico de drogas e homicídios. O objetivo era coletar armas, drogas, celulares e demais instrumentos relacionais a crimes cometidos no município. O trio foi capturado no povoado Veneza. De acordo com o delegado Rafael Freire, titular da delegacia da cidade, um já

tinha passagem pela polícia por



Trio preso em Santa Rita seria membro da facção Bonde dos 40 com atuação naquele município

porte de armas e todos possuem envolvimento com a facção. Na ocasião, os três foram autuados em flagrante por posse ilegal de arma de fogo. Dois deles, tendo um sido identificado apenas como "Maradona", também responderão pelos crimes de tráfico de drogas e receptação dolosa. Nas buscas os policiais apreenderam um revólver, duas espingardas, uma porção de maconha, dois celulares, dinheiro em espécie e uma motocicleta roubada.

A operação foi planejada e coordenada pela Delegacia de Santa Rita, com apoio operacional da 1ª Delegacia Regional de Rosário, e contou com mais de 20 policiais civis da regional, dentre delegados, investigadores e escrivães. (AIDÉ ROCHA)

TJMA homenageia Cleonice Freire na abertura do ano judiciário

O Poder Judiciário do Maranhão abriu oficialmente o ano judiciário de 2021 em sessão solene virtual realizada, ontem (27), com a participação de autoridades dos três Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos constituídos. A sessão foi aberta pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, e dedicada à memória da desembargadora Cleonice Silva Freire, falecida em 2 de janeiro. O presidente do TJMA elencou as principais realizações do Judiciário esta-dual em 2020 que, apesar de marcado pelas dificuldades da pandemia do Coronavírus, resultou em medidas inovadoras no âmbito da Justiça, como a implementação de projetos de tecnologia da informação; Selo Eletrônico; cursos de mestrado e especialização para servidores e magistrados; gestão ambiental e criação do Comitê de Diversidade. "Em 2021 teremos a inauguração do Laboratório de Inovação: Centro de Memória e vários aplicativos para melhorar a integração e transparência com a comunidade jurídica", frisou o desembargador Lourival Serejo,



Em sessão virtual, o TJMA prestou homenagem à memória da desembargadora Cleonice Silva Freire

anunciando ainda o projeto de inauguração de usina de energia solar com o objetivo de economia de gastos.

HOMENAGEM

O TJ também dedicou uma sessão especial em memória da desembargadora Cleonice Silva Freire, com a apresentação de um vídeo produzido pela As-sessoria de Comunicação da Presidência narrando a trajetória profissional da homenageada e com a participação de suas filhas, Poliana, Carolina e Themis Freire. O discurso da homenagem foi feito pela desembargadora Nelma Sarnev.

A filha da magistrada Poliana
Freire fez a leitura de texto
escrito em home-nagem à
desembargadora, narrando suas
trajetórias de vida e profissional
e relembrando sua dedicação e
empenho ao ofício e aos projetos
sociais que implementou, a
exemplo da Casa da Criança
Menino Jesus e da Fundação da
Cidadania e Justiça.